

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

CHAMADA PÚBLICA Nº. 02/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3788/2024

- AMPLA PARTICIPAÇÃO - AGRICULTURA FAMILIAR - FORNECEDORES INDIVIDUAIS, GRUPOS INFORMAIS OU FORMAIS.

O MUNICÍPIO DE IMBITUVA, estado do Paraná, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, atendendo a Lei nº. 11.947/2009 e Resolução/FNDE/CD nº. 006/2020, e demais normas reguladoras, torna público que realizará o Procedimento Auxiliar chamado **CREDENCIAMENTO**, nos termos do Artigo 74, inciso I da Lei nº 14.133/2021 combinado com Artigo 14 inciso I do Decreto Municipal 6813/2023 PARA CREDENCIAR PRODUTORES RURAIS PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL NO ÂMBITO DO PNAE.

- LOCAL: SALA DE REUNIÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUVA

- REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF).

- COMISSÃO DE ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO: Presidente Sra. Mylena Rodrigues Araujo e membros Sr. Denisvane Alves e Marielen Berton nomeados pelo Dec. Municipal Nº.5727/2024. e-mail: imbituvaeducacao@gmail.com whatsapp: (42) 38280651, Tel: (42) 34361248.

- AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Vanessa Machado de Souza, nomeada pelo Dec. Municipal Nº.6829/2024.

1. OBJETIVO GERAL

1.1 - A presente Chamada Pública vem fomentar o desenvolvimento do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, por meio de aquisição de alimentos produzidos por Grupos Formais de Agricultores Familiares, e Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações, conforme Termo de Referência (Anexo 1) deste Edital.

1.2 - Nos termos da Resolução nº06/2020 CD/FNDE, e alterações posteriores, a Prefeitura Municipal de Imbituva se qualifica como Entidade Executora para cumprimento dessa Chamada Pública, sendo que os recursos para cobertura das despesas serão oriundos do FNDE/PNAE.

1.3 - Os alimentos adquiridos nesse procedimento serão fornecidos durante o ano letivo aos alunos das escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme definição da SMEC.

2. CRONOGRAMA DO CHAMAMENTO CHAMADA PÚBLICA Nº. 02/2024

ETAPA 01

- RECEBIMENTO DE PROPOSTAS E ANEXOS: até às 08:30H do dia 24/09/2024.

- ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09:00H do dia 24/09/2024.

ETAPA 02

- RECEBIMENTO DE PROPOSTAS E ANEXOS: até às 08:30H do dia 24/03/2025.

- ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09:00H do dia 24/03/2025.

3. DOS PARTICIPANTES

3.1 - De acordo com a Resolução nº.06 de 2020, poderão participar da presente Chamada Pública, os Grupos Informais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações, detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, DAP Física ou Jurídica.

4 – DO LIMITE

4.1 - O **Limite Individual** de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar cooperado, é de até **R\$40.000,00 (quarenta mil reais)** por DAP, por ano civil, referente a sua produção, conforme legislação do PNAE, não podendo em hipótese alguma ultrapassar esse valor.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

4.2 – O encaminhamento dos projetos de venda pressupõe o pleno conhecimento de todas as exigências contidas no edital de chamada pública e seus anexos, e implica a aceitação integral e irretratável aos termos e condições do edital.

4.3 - **Valor da Chamada Pública: R\$ 921.482,02** (novecentos e vinte um mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e dois centavos), conforme descrito no Anexo 01.

5. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Para o processo de habilitação, os fornecedores interessados deverão entregar na data e no local acima informados, os documentos prescritos Na Resolução nº.06/CD/FNDE, dentro de Envelopes identificados, conforme a seguir:

ENVELOPE 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

| |
|---|
| CHAMADA PÚBLICA 02/2024 MUNICÍPIO DE IMBITUVA RAZÃO SOCIAL/NOME DO AGRICULTOR/ NOME DO GRUPO TELEFONE: E-MAIL: |
|---|

5.1 - Deverá conter no Envelope 01 FORNECEDORES INDIVIDUAIS:

- a) Cadastro de Pessoas Físicas – CPF RG (cópia autenticada)
- b) Extrato da DAP/CAF de cada Agricultor participante (emissão nos últimos 60 dias).
- c) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, com as quantidades individuais, assinado pelo participante, conforme Anexo II.
- d) Prova de atendimento dos requisitos higiênico sanitário (exigido se for o caso conforme TR).
- j) Declaração Conjunta (modelo Anexo III)

5.2 - Deverá conter no Envelope 01 dos Grupos INFORMAIS (agricultores familiares organizados em grupos):

- a) Cadastro das Pessoas Físicas – CPF RG de cada participante (cópia autenticada)
- b) Extrato da DAP/CAF de cada Agricultor participante do Grupo (emissão nos últimos 60 dias).
- c) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, com as quantidades individuais, assinado por todos os participantes, conforme Anexo II.
- d) Prova de atendimento dos requisitos higiênico sanitário (exigido se for o caso conforme TR).
- j) Declaração Conjunta (modelo Anexo III)

5.3 - Deverá conter no Envelope 01 dos Grupos FORMAIS:

- a) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ
- b) Extrato da DAP/CAF jurídica para Associações ou Cooperativas (emissão nos últimos 60 dias).
- c) Prova de Regularidade (certidão) junto a Fazenda Federal (conjunta INSS);
- d) Prova de Regularidade (certidão) junto ao Estado;
- e) Prova de Regularidade (certidão) junto ao Município;
- f) Prova de Regularidade (certidão) junto ao FGTS;
- g) Cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na junta comercial, no caso de cooperativas, ou cartório de registro civil de pessoas jurídicas no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do contrato social devidamente registrado (cópia autenticada).
- h) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, com as quantidades individuais, assinado pelo representante legal, conforme Anexo II.
- j) Declaração Conjunta (modelo Anexo III).

Parágrafo Único: Os documentos de habilitação que se referem a “cópias” deverão ser autenticados em cartório ou tabelionatos de notas, salvo os impressos via internet que não contenham rasuras ou falhas. Em caso de autenticação digital, que esta seja feita em nome da participante, a qual seja detentora da certificação digital. Os documentos poderão ser apresentados em fotocópia acompanhados do original para a autenticação durante à sessão, ou até o dia que antecede o certame, porém não será dada autenticidade em documentos com rasuras, ou deterioração, ou danificados. Somente serão autenticados os documentos que ficarão retidos no processo, sendo vedada a utilização dos documentos autenticados fora do certame licitatório em epígrafe. (LEI FEDERAL 13726/2018).

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

6. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 Serão consideradas as propostas classificadas, que preencham as condições fixadas nesta Chamada Pública.

6.2 Cada grupo de fornecedores (formal e/ou informal) deverá obrigatoriamente, ofertar sua quantidade de alimentos, com preço unitário, observando as condições fixadas nesta Chamada Pública.

6.3 A SMEC classificará as propostas, considerando lei 11.947/2019, artigo 14:

"Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas "

6.4 Em caso de empate, os critérios de desempate serão de acordo com o art. nº.35 da Resolução/FNDE/CD nº. 06/2020.

6.5 Na proposta formal, o produtor que apresentar mais de um projeto de venda ou ultrapassar os limites estabelecidos na resolução, terá seu projeto suprimido.

6.6 Após a classificação, o critério final de julgamento será definido pela Comissão designada.

7. RESPONSABILIDADE DOS FORNECEDORES

7.1 Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis.

7.2 O fornecedor compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme o disposto no padrão de identidade e qualidade estabelecida na legislação vigente e as especificações técnicas elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

7.3 O fornecedor compromete a fornecer os gêneros alimentícios nos preços estabelecidos nesta chamada pública pelo período de até **12 (doze) meses** da data de assinatura do contrato que ocorrerá em até cinco dias do resultado apurado deste Edital de chamada pública;

7.4 O fornecedor compromete a fornecer os gêneros alimentícios para as escolas conforme cronograma de entrega definido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

8 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

8.1 - As despesas orçamentárias decorrentes do Contrato/Empenho firmado posteriormente por meio de **INEXIGIBILIDADE** com fundamento no art 74 inciso IV da Lei 14.133/2021 a partir desta **CHAMADA PÚBLICA** correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação: 07.002.12.361.12042-019 Conta: 288- 3390.32.0.00 Fonte:000
07.002.12.361.12042-019 Conta: 289- 3390.32.0.00 Fonte:147

9 – LOCAL DE ENTREGA

9.1 - Os produtos deverão ser entregues conforme Termo de Referência elaborado pela SME respeitando data e horário, no qual se atestará seu recebimento.

9.2 – A pontualidade na entrega dos produtos está vinculada ao cumprimento do cardápio escolar, objetivando sempre atender as recomendações nutricionais definidas pelo FNDE.

10 – PERÍODO DE FORNECIMENTO

10.1 – O prazo e vigência para entrega dos produtos, será de 12 (doze) meses, após assinatura do contrato.

11. RESPONSABILIDADE DOS FORNECEDORES

11.1 Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

11.2 O fornecedor compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme o disposto no padrão de identidade e qualidade estabelecida na legislação vigente e as especificações técnicas elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, e pelo Conselho da Merenda Escolar;

11.3 O fornecedor compromete a fornecer os gêneros alimentícios nos preços estabelecidos nesta chamada pública pelo período de até 07 meses da data de assinatura do contrato que ocorrerá em até cinco dias do resultado apurado deste Edital de chamada pública;

11.4 O fornecedor compromete a fornecer os gêneros alimentícios para as escolas conforme cronograma de entrega definido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura.

12. PREÇO DE REFERENCIA

12.1 O levantamento de preço foi feito através de:

a) Pesquisas em sites especializados, PNCP [Portal Nacional de Contratações Públicas \(pncp.gov.br\)](http://pncp.gov.br) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional FUNDEPAR (<https://www.fundepar.pr.gov.br/Pagina/Sistema-Merenda-Escolar>) em 25/03/2024;

b) Com orçamentos enviados pelas Cooperativas e Associações, ASSOAFIM e COMDAFAR solicitando orçamentos os quais serviram de base para elaboração da planilha orçamentária;

12.2 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1. De acordo com o Decreto Municipal 6806/2023 onde regulamenta a atuação de fiscais e gestores de contratos, ficam previamente designados os servidores:

| | |
|---------------------------------|----------------------|
| Gestor: Patrícia Alessi | Matrícula nº 124711 |
| Fiscal: Artuza Oliviera Pedroso | Matrícula nº 181391 |
| Fiscal: Mylena Araujo Rodrigues | Matrícula nº 2595593 |

13.2. De acordo com o Decreto Municipal 6806/2023 onde regulamenta a Comissão Especial de Contratação, ficam previamente designados os servidores:

| | |
|-------------------------------------|----------------------|
| Presidente: Mylena Rodregues Araujo | Matrícula nº 2595593 |
| membros: Denisvane Alves | Matrícula nº 227151 |
| Marielen Berton | Matrícula nº 139501 |

14. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

14.1. Recebimento

14.1.1 O item será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

14.1.2 O item poderá ser rejeitado, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.1.3 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

14.1.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.1.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

14.1.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.2 LIQUIDAÇÃO

14.2.1 O pagamento será efetuado de acordo com as Ordens de Entrega.

14.2.2 O pagamento será efetuado de acordo com o Decreto Municipal nº 6738/2023. Notas fiscais de compras e prestações de serviços efetuados no período do dia 01º ao 10º dia do mês terão Pagamento no dia 20 do respectivo mês; Notas fiscais de compras e prestações de serviços efetuadas no período do dia 11º ao 20º dia do mês terão pagamento no dia 30 do respectivo mês; Notas fiscais de compras e prestações de serviços efetuadas no período do dia 21 e 30/31 terão pagamento no dia 10 do mês subsequente. Deverão ainda serem conferidas, aceitas, atestadas e protocolizadas pelo Fiscal do Contrato. As notas (DANFE) deverão ser enviadas também para o e-mail notas@imbituva.pr.gov.br.

14.2.3 De acordo com o Decreto 6846/2024 que dispõe sobre a retenção de tributos no pagamento pela Prefeitura Municipal de Imbituva aos seus fornecedores, O Município de Imbituva, ao efetuar pagamentos à pessoas físicas ou jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia, fica obrigado a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR), observando as disposições do Decreto. As retenções serão efetuadas a partir de 01 de março do ano de dois mil e vinte e quatro, sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no anexo I. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão, a partir da vigência do presente Decreto, emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção estabelecidas pela legislação tributária cabendo recusa por parte dos setores competentes da Prefeitura de documentos fiscais que não estejam de acordo com o previsto no Decreto, podendo ocasionar falta de pagamento.

14.2.4 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao adjudicatário e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus a Prefeitura de Imbituva.

14.2.5 O pagamento efetuado pela Prefeitura não isenta o contratado de suas obrigações e responsabilidades assumidas e demais encargos.

14.2.6 O inadimplemento financeiro por parte do Município ensejará ao contratado direito à correção monetária sobre os valores a pagar que ultrapassarem o prazo legal. O Índice para correção será o IPCA (índice oficial de inflação), proporcionalmente ao período do atraso.

14.2.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.2.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

15. DA RESPONSABILIDADE DOS FORNECEDORES

15.1. Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

*** * ESTADO DO PARANÁ * ***

16. DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

16.1. A Secretaria Solicitante fiscalizará a prestação dos serviços, solicitando à contratada, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento.

16.2. No desempenho de suas atividades, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do fornecimento em todos os termos e condições estabelecidos.

16.3. A ação ou omissão total ou parcial do órgão fiscalizador não eximirá o CONTRATADO da responsabilidade de executar o fornecimento com toda cautela e boa técnica.

16.4. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento do contrato, em especial quanto à quantidade e qualidade, fazendo cumprir a lei e as disposições do Edital.

16.5. Verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento do contrato, a Fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas no presente contrato e na Lei Federal nº 14.133/19 e alterações posteriores.

16.6. A fiscalização por parte da Administração Municipal não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades da contratada em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

16.7. Caberá à Secretaria de Agricultura e Pecuária (fiscalização) verificar se os serviços serão entregues de acordo com a legislação apropriada e adotar medidas que garantam efetividade do cumprimento do Programa.

17. DOS PRAZOS

A presente CHAMADA PÚBLICA permanecerá aberta para que todos os interessados possam se credenciar a qualquer tempo, respeitadas as etapas para distribuição dos serviços.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A participação de qualquer proponente Vendedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos.

18.2. Para execução do objeto haverá vedação expressa de pagamento de qualquer sobretaxa referente aos valores adotados.

18.3. Nas hipóteses de descredenciamento em que houver divergência entre as partes será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.4. Haverá possibilidade de rescisão pelo credenciado, a qualquer tempo, mediante notificação à Administração com a antecedência fixada mínima de 30 (trinta dias).

18.5. Qualquer cidadão terá legitimidade para denunciar irregularidade na prestação dos serviços ou no faturamento.

18.6. Eventuais recursos deverão ser protocolados no prazo de 3 (três) dias úteis após a publicação dos resultados. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente. Deverá ser dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que se não reconsiderar o ato ou decisão, encaminhará o processo com sua decisão motivada para que a Autoridade Superior tome a decisão final.

18.7. Terão acesso aos documentos referente ao processo qualquer interessado mediante comparecimento presencial na sede da Prefeitura, bem como acessando o Portal de Transparência no site eletrônico do Município www.imbituva.pr.gov.br > Licitações, onde todos os andamentos serão publicados em tempo real, para garantia da publicidade e transparência do processo.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

*** * ESTADO DO PARANÁ * ***

19. São partes integrantes desta Chamada Pública:

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II PROPOSTA / PROJETO DE VENDA

ANEXO III DECLARAÇÃO CONJUNTA

ANEXO IV MODELO DE MINUTA CONTRATUAL

Imbituva, 02 de Setembro de 2024.

VERANICE ELIANE SCHLENDER

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

I.OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

II.DESCRICÃO DETALHADA DOS ITENS: Para atendimento das necessidades do Município de Imbituva/PR, o objeto a ser contratado seguirá as especificações detalhadas no quadro abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QTD | VALOR MÉDIO | VALOR TOTAL P/ QTDE MAXIMA |
|------|--|-----|------|-------------|----------------------------|
| 1 | ABOBORA DESCASCADA , descascada, higienizada, fresca, firme intacta. cortada em toletes de aproximadamente 8 cm. embalada, atóxico e transparente. | Kg | 500 | R\$ 5,63 | R\$ 2.815,00 |
| 2 | ABOBRINHA VERDE - extra in natura, recém colhida, casca lisa com polpa intacta e firme, tamanho bem desenvolvido e uniforme. | Kg | 500 | R\$ 4,80 | R\$ 2.400,00 |
| 3 | ACELGA - extra in natura, recém colhida, folhas de coloração verde, fresca. | Kg | 700 | R\$ 5,80 | R\$ 4.060,00 |
| 4 | ALFACE - extra in natura, recém colhida, folhas de coloração verde/roxa, fresca. com tamanho desenvolvimento e uniforme. | Kg | 3000 | R\$ 8,29 | R\$ 24.870,00 |
| 5 | ALHO - grão extra, in natura com dente intacto e firme, tamanho bem desenvolvido e uniforme. embalada em saco plástico transparente e atóxico | kg | 300 | R\$ 27,20 | R\$ 8.160,00 |
| 6 | BATATA DOCE lavada, de 1ª qualidade, de casca branca, sem lesões de origem física ou mecânica, não apresentarem rachaduras, ou cortes na casca, livre de enfermidades, isenta de partes pútridas. | Kg | 200 | R\$ 3,72 | R\$ 744,00 |
| 7 | BATATA INGLESA de 1ª qualidade, tamanho de médio a grande, consistência firme, sem indício de germinação, isenta de sujidade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Ausência de sujidades, parasitos e larvas. | Kg | 5000 | R\$ 4,49 | R\$ 22.450,00 |
| 8 | BETERRABA in natura, de boa qualidade, intactas. Não serão permitidos rachaduras, perfurações, cortes e odores, pode conter poucas folhas desde que integras. | Kg | 600 | R\$ 4,64 | R\$ 2.784,00 |
| 9 | BOLACHAS CASEIRAS VARIADAS com ingredientes certificados, ausente de banha, com rotulo e lista de ingredientes com e sem glúten com e sem lactose. ausentes de partes esfareladas. Não devem estar com aspecto de "murchas", nem rígidas demais. Massa caseira fresca. Resfriada. Embalagens individuais de 1kg. | Kg | 3000 | R\$ 29,12 | R\$ 87.360,00 |
| 10 | BRÓCOLIS - extra in natura, casca lisa com polpa intacta e firme, tamanho bem desenvolvido e uniforme. | Kg | 2500 | R\$ 7,90 | R\$ 19.750,00 |
| 11 | CAQUI maturação adequada para consumo textura e consistência de fruta fresca, isento de machucados e podridão. | kg | 600 | R\$ 6,58 | R\$ 3.948,00 |
| 12 | CEBOLA BRANCA de 1ª qualidade, in natura, sem réstia, seca, nova, de tamanho médio, com casca sã e sem rupturas. | Kg | 800 | R\$ 5,00 | R\$ 4.000,00 |
| 13 | CENOURA , recém colhida, casca lisa com polpa intacta e firme, tamanho bem desenvolvido e uniforme. | Kg | 1000 | R\$ 4,93 | R\$ 4.930,00 |
| 14 | CHUCHU VERDE - recém colhido, sem indícios de germinação, com polpa intacta e firme, tamanho desenvolvido e uniforme. | Kg | 400 | R\$ 4,02 | R\$ 1.608,00 |
| 15 | COUVE-FLOR vegetal viçoso, textura e consistência de vegetal fresco, livre de podridão e pontos escuros. | Kg | 1600 | R\$ 7,67 | R\$ 12.272,00 |
| 16 | COUVE-MANTEIGA verde, tenra, folhas firmes, viçosa, textura e consistência de vegetal fresco, livre de folhas amareladas | Kg | 300 | R\$ 8,67 | R\$ 2.601,00 |
| 17 | CUCA RECHEADA produto bem assado, não podendo estar cru e não pode estar queimado, com farofa úmida, acompanhar rótulo com informações nutricionais. (recheio de banana, doce de leite ou goiabada) | Kg | 1000 | R\$ 20,99 | R\$ 20.990,00 |
| 18 | CUCA SIMPLES produto bem assado, não podendo estar cru e não pode estar queimado, com farofa úmida, acompanhar rótulo com informações nutricionais. | Kg | 1500 | R\$ 20,03 | R\$ 30.045,00 |
| 19 | DOCE DE FRUTAS: produto oriundo do cozimento de polpa de frutas com açúcar. Sabores: (Uva, Figo, Pêssego, Abóbora, Morango, Pêra e banana). acondicionados data de fabricação recente e rotulagem nutricional obrigatória. | KG | 1000 | R\$ 26,24 | R\$ 26.240,00 |
| 20 | FEIJÃO CORES 1ª qualidade, íntegro, com tamanho e coloração uniformes, firme e compacta, isento de insetos, parasitas, larvas, material terroso, sujidade ou corpos estranhos. Com grau de maturação adequado para o consumo, sem sinais de germinação ou resíduos de fertilizantes ou outras substâncias químicas. Embalados em sacos plásticos transparentes e rotulados. | Kg | 800 | R\$ 9,43 | R\$ 7.544,00 |
| 21 | FEIJÃO PRETO 1ª qualidade, íntegro, com tamanho e coloração uniformes, firme e compacta, isento de insetos, parasitas, larvas, material terroso, sujidade ou corpos estranhos. Com grau de | Kg | 2000 | R\$ 8,43 | R\$ 16.860,00 |

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

| | | | | | |
|--------------------|---|----|-------|-----------|-----------------------|
| | maturação adequado para o consumo, sem sinais de germinação ou resíduos de fertilizantes ou outras substâncias químicas. Embalados em sacos plásticos transparente e rotulado. | | | | |
| 22 | KIWI fruta firme e íntegra, textura e consistência de fruta fresca de primeira qualidade. | Kg | 1000 | R\$ 16,40 | R\$ 16.400,00 |
| 23 | LARANJA maturação adequada para consumo textura e consistência de fruta fresca, livre de podridão. | Kg | 5000 | R\$ 3,96 | R\$ 19.800,00 |
| 24 | MAÇÃ maturação adequada para o consumo textura e consistência de fruta fresca, polpa firme | Kg | 5000 | R\$ 6,80 | R\$ 34.000,00 |
| 25 | MANDIOCA - IN NATURA , descascada, higienizada, fresca, firme íntegra, cortada em toletes de aproximadamente 8 cm. embalada, atóxico e transparente. | Kg | 1500 | R\$ 6,50 | R\$ 9.750,00 |
| 26 | MANDIOQUINHA (batata salsa) - Sem fermentos ou defeitos, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa. Não serão aceitos produtos com os seguintes defeitos: deformação grave, passado, escurecimento. De colheita recente. | Kg | 300 | R\$ 7,22 | R\$ 2.166,00 |
| 27 | MARACUJÁ AZEDO – Fresco maduro íntegro bem desenvolvido e sem manchas. De primeira qualidade, livre de sujidades. Isento de danos físicos e/ou mecânicos decorrentes do transporte e manuseio, acondicionados a granel. | Kg | 2000 | R\$ 8,32 | R\$ 16.640,00 |
| 28 | MELANCIA maturação adequada para consumo e consistência de fruta fresca | Kg | 3000 | R\$ 2,82 | R\$ 8.460,00 |
| 29 | MILHO VERDE EM ESPIGA: De tamanho médio a grande, de primeira, com aproximadamente 60% de maturação, sem sinais de rupturas ou machucados, grau de amadurecimento ideal para o consumo e com no máximo 3 palhas. | Kg | 2000 | R\$ 6,62 | R\$ 13.240,00 |
| 30 | MOLHO DE TOMATE produto de primeira qualidade obtido a partir de tomate c/ temperos naturais como manjerição, cheiro verde, orégano, alho, cebola, entre outros. Não deve conter açúcar, aromatizantes, corantes ou conservantes artificiais. Não deve conter realçador de sabor. Preferencialmente entregue em embalagem plástica ou de vidro de 500g, para facilitar o armazenamento. O produto deve estar de acordo com as leis específicas vigentes. | kg | 2000 | R\$ 14,54 | R\$ 29.080,00 |
| 31 | MORANGO maturação adequada para consumo textura e consistência de fruta fresca, livre de podridão e agrotóxicos. | Kg | 1000 | R\$ 26,29 | R\$ 26.290,00 |
| 32 | PÃO DE FORMA CASEIRO/INTEGRAL - produzido de acordo com as normas de boas práticas de manipulação de alimentos. pão de ótima qualidade, íntegro produzida em forma artesanal, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela vigilância sanitária. A embalagem deve ser em saco plástico atóxico próprio para alimentos, devendo conter rótulo com a identificação do produto, nome do fabricante, endereço, data de fabricação e data de validade, e os ingredientes utilizado na fabricação. Apresentando garantia de higiene e consistência adequada. Bem assado | Kg | 10000 | R\$ 15,66 | R\$ 156.600,00 |
| 33 | PEPINO verde, firme, viçoso, textura e consistência vegetal fresco, livre de deterioração. | Kg | 600 | R\$ 5,11 | R\$ 3.066,00 |
| 34 | PESSEGO Frutos maduros de tamanho grande. Não podendo apresentar manchas ou aspecto de podridão. Será pedido conforme época | Kg | 1000 | R\$ 13,30 | R\$ 13.300,00 |
| 35 | POLPA DE FRUTA – polpa de fruta congelada, 100% natural, sem nenhum tipo de conservante ou açúcar. pacotes plásticos de 1kg. O produto deve ser entregue ponto a ponto, congelado a temperatura de no mínimo - 18°C. sabores diversos. | Kg | 4000 | R\$ 24,30 | R\$ 97.200,00 |
| 36 | PONKA de primeira qualidade. deverá estar madura, firme, limpa e íntegra, ser de tamanho médio, sem manchas, sem danos e sem sujidades nem podridão. | Kg | 3000 | R\$ 4,54 | R\$ 13.620,00 |
| 37 | REPOLHO de primeira qualidade. deverá apresentar cor verde claro, folhas uniformes e frescas. não poderá estar murcho e não deverá apresentar dano por praga, podridão e/ou ferimento. | Kg | 5000 | R\$ 4,39 | R\$ 21.950,00 |
| 38 | TEMPERO VERDE (salsinha/cebolinha) de primeira qualidade, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Ausência de sujidades, parasitos e larvas. | Kg | 400 | R\$ 15,93 | R\$ 6.372,00 |
| 39 | SUCO DE UVA integral, primeira qualidade, não alcoólico, sem adição de açúcar, sódio, água, conservantes químicos ou outros aditivos. Pasteurizado. Embalados em garrafas deverá conter rótulo com data de fabricação e/ou data de validade gravadas e número do lote, além do número do registro no Ministério da Agricultura. No ato da entrega o produto deverá apresentar prazo de validade de no mínimo 90% do seu prazo total de validade. Embalagem institucional. | LT | 6322 | R\$ 17,91 | R\$ 113.227,02 |
| 40 | TOMATE de primeira qualidade. deve apresentar cor vermelho brilhante, estar firme, estar limpo, sem resíduos na casca ou sinais de insetos. deve apresentar grau de maturação médio, ou seja, não estar verde, nem muito maduro. Não deve apresentar danos, amassados ou estar apodrecido. | Kg | 2000 | R\$ 5,80 | R\$ 11.600,00 |
| 41 | VAGEM - Unidade íntegra, sem partes moles, não amarelados. Boa qualidade. Tamanho médio. Não serão aceitos produtos com os seguintes defeitos: ferimento, dano por praga ou podridão. | Kg | 200 | R\$ 11,45 | R\$ 2.290,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | R\$ 921.482,02 |

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

2.1 - Os itens devem atender as condições de execução/entrega conforme o item 6.2 do termo de referência.

III. METODOLOGIA PARA DEFINIÇÃO DO PREÇO MÉDIO

A estimativa do valor da Contratação é de R\$ 921.482,02 (NOVECIENTOS E VINTE UM MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E DOIS CENTAVOS)

O levantamento de preço foi feito através de:

- Pesquisas em sites especializados, PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas (pncp.gov.br) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional FUNDEPAR (<https://www.fundepar.pr.gov.br/Pagina/Sistema-Merenda-Escolar>) em 25/03/2024;
- Com orçamentos enviados pelas Cooperativas e Associações, ASSOAFIM e COMDAFAR solicitando orçamentos os quais serviram de base para elaboração da planilha orçamentária;
- Ata de Registro de Preços do ano anterior de nosso município;

| ITEM | UND | QTD | ASSOAFIM | COMDAFAR | FUNDEPAR | ATA ANTERIOR IMBITUVA | VALOR REAL | VALOR TOTAL PELA QTDE MAX. |
|------|-----|------|-----------|-----------|-----------|-----------------------|------------|----------------------------|
| 1 | KG | 500 | R\$ 5,70 | R\$ 5,96 | R\$ 5,69 | R\$ 5,16 | R\$ 5,63 | R\$ 2.815,00 |
| 2 | KG | 500 | R\$ 4,95 | R\$ 5,19 | R\$ 4,95 | R\$ 4,09 | R\$ 4,80 | R\$ 2.400,00 |
| 3 | KG | 700 | R\$ 6,02 | R\$ 6,28 | R\$ 5,99 | R\$ 4,90 | R\$ 5,80 | R\$ 4.060,00 |
| 4 | KG | 3000 | R\$ 8,87 | R\$ 9,28 | R\$ 8,85 | R\$ 6,14 | R\$ 8,29 | R\$ 24.870,00 |
| 5 | KG | 300 | R\$ 26,35 | R\$ 27,62 | R\$ 26,35 | R\$ 28,47 | R\$ 27,20 | R\$ 8.160,00 |
| 6 | KG | 200 | R\$ 3,75 | R\$ 3,88 | R\$ 3,70 | R\$ 3,55 | R\$ 3,72 | R\$ 744,00 |
| 7 | KG | 5000 | R\$ 4,62 | R\$ 4,71 | R\$ 4,49 | R\$ 4,13 | R\$ 4,49 | R\$ 22.450,00 |
| 8 | KG | 600 | R\$ 4,76 | R\$ 4,93 | R\$ 4,70 | R\$ 4,18 | R\$ 4,64 | R\$ 2.784,00 |
| 9 | KG | 3000 | R\$ 28,70 | R\$ 31,33 | | R\$ 27,33 | R\$ 29,12 | R\$ 87.360,00 |
| 10 | KG | 2500 | R\$ 7,98 | R\$ 8,33 | R\$ 7,95 | R\$ 7,33 | R\$ 7,90 | R\$ 19.750,00 |
| 11 | KG | 600 | R\$ 6,79 | R\$ 7,06 | R\$ 6,74 | R\$ 5,72 | R\$ 6,58 | R\$ 3.948,00 |
| 12 | KG | 800 | R\$ 5,20 | R\$ 5,40 | R\$ 5,15 | R\$ 4,25 | R\$ 5,00 | R\$ 4.000,00 |
| 13 | KG | 1000 | R\$ 5,10 | R\$ 5,23 | R\$ 4,99 | R\$ 4,41 | R\$ 4,93 | R\$ 4.930,00 |
| 14 | KG | 400 | R\$ 4,10 | R\$ 4,25 | R\$ 4,06 | R\$ 3,67 | R\$ 4,02 | R\$ 1.608,00 |
| 15 | KG | 1600 | R\$ 8,03 | R\$ 8,36 | R\$ 7,98 | R\$ 6,30 | R\$ 7,67 | R\$ 12.272,00 |
| 16 | KG | 300 | R\$ 8,95 | R\$ 9,36 | R\$ 8,93 | R\$ 7,43 | R\$ 8,67 | R\$ 2.601,00 |
| 17 | KG | 1000 | R\$ 20,82 | R\$ 21,33 | | R\$ 20,82 | R\$ 20,99 | R\$ 20.990,00 |
| 18 | KG | 1500 | R\$ 19,40 | R\$ 21,33 | | R\$ 19,37 | R\$ 20,03 | R\$ 30.045,00 |
| 19 | KG | 1000 | R\$ 25,61 | R\$ 27,52 | R\$ 26,26 | R\$ 25,58 | R\$ 26,24 | R\$ 26.240,00 |
| 20 | KG | 800 | R\$ 9,81 | R\$ 9,71 | R\$ 9,71 | R\$ 8,47 | R\$ 9,43 | R\$ 7.544,00 |
| 21 | KG | 2000 | R\$ 8,70 | R\$ 8,56 | R\$ 8,56 | R\$ 7,90 | R\$ 8,43 | R\$ 16.860,00 |
| 22 | KG | 1000 | R\$ 16,15 | R\$ 16,91 | R\$ 16,15 | R\$ 8,61 | R\$ 16,40 | R\$ 16.400,00 |
| 23 | KG | 5000 | R\$ 4,89 | R\$ 3,67 | R\$ 3,50 | R\$ 3,79 | R\$ 3,96 | R\$ 19.800,00 |
| 24 | KG | 5000 | R\$ 5,10 | R\$ 8,22 | R\$ 7,84 | R\$ 6,02 | R\$ 6,80 | R\$ 34.000,00 |
| 25 | KG | 1500 | R\$ 6,83 | R\$ 7,11 | R\$ 6,78 | R\$ 5,26 | R\$ 6,50 | R\$ 9.750,00 |
| 26 | KG | 300 | R\$ 5,62 | R\$ 8,22 | R\$ 9,43 | R\$ 5,60 | R\$ 7,22 | R\$ 2.166,00 |
| 27 | KG | 2000 | R\$ 7,90 | R\$ 9,41 | R\$ 8,98 | R\$ 7,00 | R\$ 8,32 | R\$ 16.640,00 |
| 28 | KG | 3000 | R\$ 2,91 | R\$ 2,89 | R\$ 2,76 | R\$ 2,70 | R\$ 2,82 | R\$ 8.460,00 |

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

| | | | | | | | | |
|-------------|----|-------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------------|
| 29 | KG | 2000 | R\$ 6,87 | R\$ 6,92 | R\$ 6,60 | R\$ 6,07 | R\$ 6,62 | R\$ 13.240,00 |
| 30 | KG | 2000 | R\$ 13,64 | R\$ 16,34 | | R\$ 13,63 | R\$ 14,54 | R\$ 29.080,00 |
| 31 | KG | 1000 | R\$ 27,53 | R\$ 28,83 | R\$ 27,51 | R\$ 21,29 | R\$ 26,29 | R\$ 26.290,00 |
| 32 | KG | 10000 | R\$ 16,54 | R\$ 16,08 | R\$ 15,34 | R\$ 14,68 | R\$ 15,66 | R\$ 156.600,00 |
| 33 | KG | 600 | R\$ 5,41 | R\$ 5,67 | R\$ 5,41 | R\$ 3,96 | R\$ 5,11 | R\$ 3.066,00 |
| 34 | KG | 1000 | R\$ 13,10 | R\$ 13,71 | R\$ 13,08 | R\$ 6,07 | R\$ 13,30 | R\$ 13.300,00 |
| 35 | KG | 4000 | R\$ 22,47 | R\$ 31,48 | R\$ 20,77 | R\$ 22,47 | R\$ 24,30 | R\$ 97.200,00 |
| 36 | KG | 3000 | R\$ 4,55 | R\$ 4,76 | R\$ 4,54 | R\$ 4,30 | R\$ 4,54 | R\$ 13.620,00 |
| 37 | KG | 5000 | R\$ 4,81 | R\$ 4,21 | R\$ 4,01 | R\$ 4,51 | R\$ 4,39 | R\$ 21.950,00 |
| 38 | KG | 400 | R\$ 14,80 | R\$ 18,75 | R\$ 15,76 | R\$ 12,21 | R\$ 15,93 | R\$ 6.372,00 |
| 39 | KG | 6322 | R\$ 18,69 | R\$ 16,95 | R\$ 17,89 | R\$ 18,11 | R\$ 17,91 | R\$ 113.227,02 |
| 40 | KG | 2000 | R\$ 5,70 | R\$ 5,98 | R\$ 5,71 | R\$ 5,82 | R\$ 5,80 | R\$ 11.600,00 |
| 41 | KG | 200 | R\$ 12,15 | R\$ 12,73 | R\$ 12,15 | R\$ 8,75 | R\$ 11,45 | R\$ 2.290,00 |
| VALOR TOTAL | | | | | | | | R\$ 921.482,02 |

Obs: A FUNDEPAR não oferta os itens **9,17,18,30** por este motivo não foi possível mensurar valores. Foram desconsiderados os valores dos itens **22 e 34** da Ata de Registro de Preço do Município de Imbituva, pelos menos estarem muito abaixo dos valores de cotação atual.

IV. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

4.1 DO CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO permanecerá aberto para todos os interessados se credenciarem a qualquer tempo, respeitando datas e condições do edital.

4.2 DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência da CONTRATAÇÃO será de 12 (doze) meses contados da sua emissão do CONTRATO.

V. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Apresente necessidade é voltada para Merenda Escolar objetivando atender ao que estabelecem as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE que tem sua fundamentação legal nos artigos 205 e 208 da Constituição Federal e na Lei Nº 11.947 de 16 de junho de 2009 que dispõem sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica e na Resolução Nº 06 de 08 de maio de 2020 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Decreto Municipal 6813/2023 que dispõe da Regulamentação do Credenciamento, atendendo as normas do art. 79 da Lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre o procedimento auxiliar de credenciamento para a contratação de bens e serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

VI. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

**** * ESTADO DO PARANÁ * ****

VII. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

7.1 – Habilitação

Para a habilitação dos projetos de venda, deve-se exigir:

1º Dos Fornecedores Individuais, detentores de DAP/CAF Física, não organizados em grupo:

I – A prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;

II – O extrato da DAP/CAF Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III – O Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;

IV – A prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas;

V – A declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

2º Dos Grupos Informais de agricultores familiares, detentores de DAP/CAF Física, organizados em grupo:

I – A prova de inscrição no CPF;

II – O extrato da DAP/CAF Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III – O Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;

IV – A prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas;

V – A declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

3º Dos Grupos Formais, detentores de DAP/CAF Jurídica:

I – A prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

II – O extrato da DAP/CAF Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;

III – A prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

IV – As cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;

V – O Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, assinado pelo seu representante legal;

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

*** * ESTADO DO PARANÁ * ***

VI – A declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;

VII – A declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;

VIII – A prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas.

4º Na ausência ou desconformidade de qualquer documento necessário à habilitação ou de amostras a serem apresentadas conforme descrito no artigo 41, fica facultado à EEx a abertura de prazo para a regularização das desconformidades, desde que prevista em edital (Redação dada pela Resolução CD/FNDE nº 20/2020, de 02 de dezembro de 2020).

7.2 – Projeto de venda

a) Os proponentes podem apresentar projetos de venda como:

I – Grupo formal: organização produtiva detentora de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP/CAF Jurídica;

II – Grupo informal: agricultores familiares, detentores de DAP/CAF Física, organizados em grupos;

III – fornecedor individual: detentor de DAP/CAF Física.

Para seleção, os projetos de venda (modelos no Anexo) habilitados devem ser divididos em:

- b) grupo de projetos de fornecedores locais,
- c) grupo de projetos das Regiões Geográficas Imediatas,
- d) grupo de projetos das Regiões Geográficas Intermediárias,
- e) grupo de projetos do estado,
- f) grupo de projetos do país.

1º Entende-se por local, no caso de DAP/CAF Física, o município indicado na DAP.

2º Entende-se por local, no caso de DAP/CAF Jurídica, o Município onde houver a maior quantidade, em números absolutos, de DAP/CAF's Físicas registradas no extrato da DAP/CAF Jurídica.

3º Entre os grupos de projetos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I – O grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos;

II – O grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País;

III – O grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país;

IV – O grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País.

4º Em cada grupo de projetos, deve-se observar a seguinte ordem de prioridade para seleção:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

*** * ESTADO DO PARANÁ * ***

I – Os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

a) Para efeitos do disposto neste inciso, devem ser considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) DAP(s) CAF(s);

b) No caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no § 4º inciso I deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na(s) DAP(s) CAF(s).

II – Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;

III – Os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes, sobre Cooperativas Centrais da Agricultura Familiar (detentoras de DAP/CAF Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP/CAF);

a) no caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no § 4º inciso III deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme DAP/CAF Jurídica;

b) em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

IV – Caso a EEx não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas devem ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos no caput e nos § 1º e §2º

7.3 Execução

- a) Todos os produtos embalados, deverão obrigatoriamente atender às normas de padrão de identidade e qualidade estabelecida pelos Ministérios da Saúde e Agricultura.
- b) Para produtos de origem animal apresentar documentação comprobatória de Serviço de Inspeção, podendo ser Municipal, Estadual ou Federal.
- c) Todo gênero alimentício que precisar ser embalado, tais como: carnes, legumes, frutas, etc., deverá constar na embalagem uma etiqueta que identifique a pesagem e a data de validade;
- d) Deverá ser observado se o gênero alimentício entregue corresponde exatamente à quantidade estipulada a ser entregue de acordo com empenho emitido através do pedido feito pelo departamento da merenda escolar.
- e) Não será computado a favor da empresa o gênero que for entregue a mais do que o que foi estabelecido na planilha de entrega.
- f) As mercadorias serão devolvidas pelas escolas no ato da entrega se não corresponderem à qualidade exigida, fora da data de validade e a marca estabelecida conforme a licitação.
- g) As verduras e legumes deverão ser de boa qualidade, com tamanho médio padronizado.
- h) As hortaliças deverão estar frescas, inteiras e sãs no ponto de maturação adequada para consumo.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

*** * ESTADO DO PARANÁ * ***

- i) As folhas deverão se apresentar intactas e firmes.
- j) Deverão estar isentas de substâncias terrosas, sem parasitas, larvas ou corpos estranhos nos produtos ou embalagens, sem umidade externa anormal, isentas de odor, sabor ou cor estranhos não deverão estar danificadas por lesões que afetem sua aparência e sua utilização.
- k) Em nenhuma hipótese poderá ser substituído os gêneros alimentícios, sem que o setor de nutrição tome conhecimento antecipadamente e autorize através de notificação as unidades escolares, devido a surgimentos de contratempos como falta d'água, chuvas torrenciais, etc.
- l) Logo após o fornecimento dos gêneros alimentícios nas Unidades Escolares, a empresa responsável deverá retornar a SMEI com a autorização de fornecimento devidamente rubricadas e datadas pelos responsáveis que receberam os gêneros alimentícios e a assinatura do entregador.
- m) O fornecedor deverá respeitar a frequência de acordo com as datas estipuladas pelo setor de Alimentação Escolar da SMEI.
- n) As datas de entregas deverão ser rigorosamente obedecidas em todas as Unidades Escolares, não sendo permitido atrasos das mesmas. As antecipações serão permitidas com a prévia autorização do setor de nutrição escolar.
- o) O fornecedor será sujeito à fiscalização dos gêneros alimentícios no ato de entrega e posteriormente, reservando-se a esta Prefeitura Municipal, através do responsável, o direito de não receber o item informado, caso o mesmo se encontre em condições insatisfatórias ou no caso de não ser de primeira qualidade.
- p) O transporte e a descarga ponto a ponto dos gêneros alimentícios correrão por conta exclusiva do fornecedor, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente. Caberá também arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega.
- q) Caso os itens sejam entregues em desacordo ou em quantidade inferior ao estabelecido, o fornecedor deverá substituir ou complementar em no máximo 24 (vinte e quatro) horas.
- r) A entrega poderá eventualmente ser suspensa ou alterada, a critério desta Prefeitura Municipal.

VIII.DAS AMOSTRAS

Não será solicitado amostra, entretanto poderão ser recusados produtos que não atenderem as descrições do edital, manifestação dos fiscais e da equipe técnica também dos acolhidos.

IX.MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA)

9.1 – Somente será permitido o recebimento de gênero alimentício de acordo com o especificado, não se admitindo, sob qualquer hipótese, produtos apodrecidos, danificados, fora do padrão ou que qualidade duvidosa.

9.2 – Deverão ser entregue todos os itens previamente solicitados em sua totalidade.

9.3 – A(s) Entidade(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir as datas determinadas para a entrega dos gêneros alimentícios expressas neste Termo de Referência.

9.4 – Será caracterizado como falta grave o não cumprimento das cláusulas 9.1, 9.2 e 9.3 podendo o fornecedor ser considerado desqualificado o que ocasionará na perda imediata do contrato.

9.5 – Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o produto substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.

9.7 – Caberá a Nutricionista responsável pelo setor notificar ao departamento de compras da Prefeitura Municipal do não cumprimento das cláusulas 9.1, 9.2 e 9.3 pelo fornecedor para que o mesmo tome as medidas cabíveis.

9.8 - O transporte e a descarga ponto a ponto dos gêneros alimentícios correrão por conta exclusiva do fornecedor, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente. Caberá também arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

X.ENTREGA

A entrega dos Gêneros Alimentícios deverá ser feita diretamente no depósito Secretaria de Educação ou nas Unidades Escolares de acordo com cronograma de previsão de entrega fornecidas pela nutricionista responsável pelo Setor Alimentação Escolar, localizado na Rua Padre Thomaz Kania, 440 – Centro – Imbituva, Paraná, a entrega será parcelada durante a vigência do contrato, conforme o cronograma de entrega. O Município não estará obrigado a adquirir o quantitativo total, devendo adquirir conforme a necessidade de acordo com a planilha de autorização de fornecimento, segue abaixo os locais para realizar a entrega:

Locais de entrega:

| SEC. EDUCAÇÃO | ENDEREÇO |
|---|---|
| Depósito Merenda Escolar | R. Padre Thomaz Kania, nº 440 - Centro |
| Escola Rural Municipal de Restinga | Restinga |
| Escola Rural Municipal de Colônia Ribeira | Ribeira dos Leões |
| Escola Rural Municipal de Mato Branco de cima | Mato Branco de Cima |
| Escola Rural Municipal de Valinhos | Valinhos |
| Escola Rural Municipal de Faxinal dos Galvão | Faxinal dos Galvão |
| Escola Rural Municipal de Colônia Bela Vista | Bela Vista |
| Escola Rural Municipal de Cachoeirinha | Cachoeirinha |
| Escola Rural Municipal de Apiaba | Apiaba |
| Escola Rural Municipal do Barro Preto | Barro Preto |
| Escola Municipal do Campo Dolores Mendes Galvão | Palmar |
| Escola São Miguel Arcanjo | Mato Branco de Baixo |
| Escola Municipal Jardim Tangará | R. Prof. Souza Araujo, 1780 |
| Escola Municipal Santa Terezinha | R. Rui Barbosa, 111 |
| Escola Municipal Jacob Brenner de Barros | R. Henrique Neiverth, 160 |
| Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves | R. Emir Pedroso Scheidt, 68 |
| Escola Municipal Maria Boska Pedroso | R. Getúlio Vargas, 360 |
| Escola Municipal Maria Olivia Alves Pontarolo | R. Benjamin Constant, 384 |
| Escola Municipal Emma Horst Volpi | R. Armando C Marquês, 20 |
| CMEI Algodão Doce | R. Diderot Pedroso s/n |
| CMEI Anjo da Guarda | R. Maximiana S Penteado, 601 |
| CMEI Espaço de Vida | R. Joaquim Marcondes Pupo s/n |
| CMEI Estrela Guia | R. Des. Joaquim Ferreira Guimarães, 136 |
| CMEI Pequenos Pensadores | R. Henrique Neiverth s/n |
| CMEI Sementes do Saber | R. Prof. Jeni Pugsley Rover, 445 |

XI.MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

De acordo com o Decreto Municipal **6806/2023** onde regulamenta a atuação de fiscais e gestores de contratos, ficam previamente designados os servidores:

Gestor: Patrícia Alessi

Matrícula nº 124711

Fiscal: Artuza Oliveira Pedroso

Matrícula nº 181391

Fiscal: Mylena Araujo Rodrigues

Matrícula nº 2595593

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

*** * ESTADO DO PARANÁ * ***

XII.CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

12.1 RECEBIMENTO

12.1.1 O item será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.1.2 O item poderá ser rejeitado, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.1.3 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.1.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.1.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.1.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.2 LIQUIDAÇÃO

12.2.1 O pagamento será efetuado de acordo com as Ordens de Entrega.

12.2.2 O pagamento será efetuado de acordo com o Decreto Municipal nº 6738/2023. Notas fiscais de compras e prestações de serviços efetuados no período do dia 01º ao 10º dia do mês terão Pagamento no dia 20 do respectivo mês; Notas fiscais de compras e prestações de serviços efetuadas no período do dia 11º ao 20º dia do mês terão pagamento no dia 30 do respectivo mês; Notas fiscais de compras e prestações de serviços efetuadas no período do dia 21 e 30/31 terão pagamento no dia 10 do mês subsequente. Deverão ainda serem conferidas, aceitas, atestadas e protocolizadas pelo Fiscal do Contrato. As notas (DANFE) deverão ser enviadas também para o e-mail notas@imbituva.pr.gov.br.

12.2.3 De acordo com o Decreto 6846/2024 que dispõe sobre a retenção de tributos no pagamento pela Prefeitura Municipal de Imbituva aos seus fornecedores, O Município de Imbituva, ao efetuar pagamentos à pessoas físicas ou jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia, fica obrigado a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR), observando as disposições do Decreto. As retenções serão efetuadas a partir de 01 de março do ano de dois mil e vinte e quatro, sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no anexo I. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão, a partir da vigência do presente Decreto, emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção estabelecidas pela legislação tributária cabendo recusa por parte dos setores competentes da Prefeitura de documentos fiscais que não estejam de acordo com o previsto no Decreto, podendo ocasionar falta de pagamento.

12.2.4 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao adjudicatário e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus a Prefeitura de Imbituva.

12.2.5 O pagamento efetuado pela Prefeitura não isenta o contratado de suas obrigações e responsabilidades assumidas e demais encargos.

12.2.6 O inadimplemento financeiro por parte do Município ensejará ao contratado direito à correção monetária sobre os valores a pagar que ultrapassarem o prazo legal. O Índice para correção será o IPCA (índice oficial de inflação), proporcionalmente ao período do atraso.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

*** * ESTADO DO PARANÁ * ***

12.2.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.2.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

XIII.FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de PROCEDIMENTO AUXILIAR, na modalidade CREDENCIAMENTO, sob a forma PRESENCIAL, de acordo com o Artigo 79 da Lei 14.133/2021, Inciso I.

XIV.ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 921.482,02** (novecentos e vinte um mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e dois centavos)

14.1.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.1.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

14.1.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

14.1.4 ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

XV. CRITÉRIOS PARA CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS

15.1 O credenciamento será dividido em duas etapas com diferença entre si de **06 (seis) meses**. A totalidade do objeto será dividida conforme abaixo descrito:

a) 50% (cinquenta por cento) do quantitativo será dividido entre os credenciados na primeira etapa.

b) Para a segunda etapa, cuja data será determinada no edital com a diferença de 06 (seis) meses da primeira, novos interessados terão a oportunidade de se credenciar.

c) Não havendo novos credenciados na segunda etapa, o saldo referente ao quantitativo de 50% (cinquenta por cento) restantes poderão ser redistribuídos pelos participantes credenciados na primeira etapa, por meio de aditivo de renovação.

XVI.CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DE DEMANDA

Homologado o credenciamento, a SME definirá por meio de parecer a ordem de distribuição do objeto comunicando a todos os credenciados, garantindo a isonomia e transparência.

XVII.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos previstos nas seguintes dotações orçamentárias:

07.002.12.361.12042-019.3390.32.00.00 C257 F000

07.002.12.361.12042-019.3390.32.00.00 C289 F147

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

*** * ESTADO DO PARANÁ * ***

XVIII.POSICIONAMENTO SOBRE A ADEQUAÇÃO

O Estudo técnico preliminar indica que a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade no mercado, forma de fornecimento do objeto, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da contratação.

18.1 Critérios de Reajuste (Dec Mun 6813/2023 art. 17, IV)

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

18.2 Indicação Gestor/ Fiscal: (Dec Mun 6813/2023 art. 17, V)

De acordo com o Decreto Municipal n.6806/2023 onde regulamenta a atuação de fiscais e gestores de contratos.

Ficam previamente designados os servidores:

Gestor: Patrícia Alessi

Matrícula nº 124711

Fiscal: Artuza Oliveira Pedroso

Matrícula nº 181391

18.3 Indicação Comissão de Contratação Operacional de Procedimento (Dec Mun 6813/2023 art. 17, XIII)

De acordo com o Decreto Municipal n.6806/2023, ficam previamente designados os servidores:

Presidente: Mylena Rodrigues Araujo

Matrícula nº 2595593

Membro: Denisvane Alves

Matrícula nº 227151

Membro: Marielen Berton

Matrícula nº 139501

Veranice Eliane Schlender
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

ANEXO II - PROJETO DE VENDA

MODELO DE PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR



Programa Nacional de Alimentação Escolar

| PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR | | | | |
|---|--------|-------------------|--------------------------|---|
| IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº.xx/xxxx | | | | |
| I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES | | | | |
| A – Grupo Formal | | | | |
| 1. Nome do Proponente | | | 2. CNPJ | |
| 3. Endereço | | 4. Município | | 5. CEP |
| 6. Nome do representante legal | | | 7. CPF | 8. DDD/Fone |
| 9. Banco | | 10. Nº da Agência | 11. Nº da Conta Corrente | |
| B – Grupo Informal | | | | |
| 1. Nome do Proponente | | | | |
| 3. Endereço | | 4. Município | | 5. CEP |
| 6. Nome da Entidade Articuladora | | | 7. CPF | 8. DDD/Fone |
| C – Fornecedores participantes (Grupo Formal e Informal) | | | | |
| 1. Nome | 2. CPF | 3. DAP | 4. Assinatura | 5. Nº. da Agência Nº. da Conta Corrente PIX |

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

| II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC | | | | | | | |
|---|--------------------------------|------------|-----------|--------------|-----------------|------------------|--|
| 1. Nome da Entidade | | | | 2. CNPJ | | 3. Município | |
| 4. Endereço | | | | | | 5. DDD/Fone | |
| 6. Nome do representante e e-mail | | | | | | 7. CPF ----- | |
| III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS | | | | | | | |
| | 1. Nome do Agricultor Familiar | 2. Produto | 3.Unidade | 4.Quantidade | 5.Preço/Unidade | 6.Valor Total | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | Total agricultor | |
| | 1. Nome do Agricultor Familiar | 2. Produto | 3.Unidade | 4.Quantidade | 5.Preço/Unidade | 6.Valor Total | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | Total agricultor | |
| | 1. Nome do Agricultor Familiar | 2. Produto | 3.Unidade | 4.Quantidade | 5.Preço/Unidade | 6.Valor Total | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | Total agricultor | |
| | 1. Nome do Agricultor Familiar | 2. Produto | 3.Unidade | 4.Quantidade | 5.Preço/Unidade | 6.Valor Total | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | Total agricultor | |

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

| | | | | | | | |
|--|--|------------|--------------|--------------|--------------------------|---------------------------|--|
| | | | | | | Total agricultor | |
| | 1. Nome do Agricultor Familiar | 2. Produto | 3.Unidade | 4.Quantidade | 5.Preço/Unidade | 6.Valor Total | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | Total agricultor | |
| Total do projeto | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| IV – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO | | | | | | | |
| | 1. Produto | 2.Unidade | 3.Quantidade | | 4.Preço/Unidade | 5.Valor Total por Produto | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | Total do projeto: | | |
| IV – DESCREVER OS MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTREGAS DOS PRODUTOS | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| V – CARACTERÍSTICAS DO FORNECEDOR PROPONENTE (breve histórico, número de sócios, missão, área de abrangência) | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento. | | | | | | | |
| Local e Data: | <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div> Assinatura do Representante do Grupo Formal | | | | Fone/E-mail: CPF: | | |
| | | | | | | | |
| Local e Data: | Agricultores Fornecedores do Grupo Informal | | | | Assinatura | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IMBITUVA

*** * ESTADO DO PARANÁ * ***

ANEXO III

DECLARAÇÃO CONJUNTA (MODELO)

A empresa (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob nº (NÚMERO DO CNPJ), com sede (ENDEREÇO COMPLETO), aqui representada por (NOME E QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL), para fins de participação no procedimento licitatório Auxiliar Credenciamento nº. /202x, e em cumprimento a legislação e regulamentos vigentes, às quais se submete, declara que:

1 – Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade as normas legais e infralegais, e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

2 – Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3 – Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4 – Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

5 – Que atendei os requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas;

6 – Declara que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda;

7 – Que declara para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados respeita o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP Familiar/ano/EEx.

Local, _____ de _____ de 202x.

Assinatura do representante

Nome/RG/CPF

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUVA

TERMO DE CONTRATO XX/XXX

O MUNICÍPIO DE IMBITUVA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.175.892/0001-23, com sede administrativa na Rua Prefeito José Bühner Junior, nº 462, centro, Imbituva/Pr, representada pelo Ex.º Prefeito Municipal Sr. xxxx, (qualificação), neste ato designado simplesmente Contratante, e o Contratado abaixo identificado, vencedor do certame, acordam, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, e resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Referente ao Processo Modalidade xxxx N°. XX/XXX

Homologação: XX/XXX

Objeto:

Contratado:

CNPJ:

ENDEREÇO:

Telefone:

e-mail:

REPRESENTANTE:

CPF:

RG:

Telefone:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a contratação do objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

Itens

Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital;
- c) A Proposta do contratado / Projeto de venda;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de xxx contados do dia xx/xx/xxxx, prorrogável na forma da Lei 14.133/2021.

- a) A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- b) O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual uma vez que a decisão sobre a prorrogação do ajuste se insere no âmbito da discricionariedade da Administração Pública.
- c) A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- d) O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

*** * ESTADO DO PARANÁ * ***

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

O valor total da contratação será de R\$ xxx (xxx).

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O pagamento será efetuado mediante a apresentação da nota fiscal no Departamento de Contabilidade, devidamente assinada e carimbada no verso pela Secretaria Municipal que requisitar o objeto, Além disso, deverá conter o respectivo **número do Pregão, número do Contrato, e número da nota de empenho.**

§1º: A Nota Fiscal, quando o objeto for fornecido para **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, deverá ser emitida para **FMEI/PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUVA CNPJ 30.708.260/0001-87;**

§2º: A Nota Fiscal eletrônica deverá ser enviada para o e-mail notas@imbituva.pr.gov.br, aos cuidados de **Thiago Bobato de Campos**.

§3º: Obriga-se a licitante, a manter junto ao departamento de contabilidade, as certidões negativas de débitos atualizadas de INSS e FGTS e Trabalhista, sob pena de não o fazendo, ter os pagamentos suspensos.

§4º: O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexo, Decreto Municipal nº.6738/2023 que dispõe sobre o Cronograma de Pagamentos dos fornecedores, e Decreto Municipal nº. 6846 que dispõe sobre a Retenção de Tributos no pagamento dos seus Fornecedores.

§5º: Inadimplemento financeiro por parte do Município ensejará ao contratado direito à correção monetária sobre os valores a pagar que ultrapassarem o prazo legal. O Índice para correção será o IPCA (índice oficial de inflação), proporcionalmente ao período do atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data Da assinatura do contrato, conforme previsões do art. 104, 124 e seguintes.

§1º: Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

§2º: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

§3º: No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

§4º: Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

§5º: Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

§6º: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

§7º: O reajuste será realizado por apostilamento.

§8º: Em se tratando de Reequilíbrio Econômico Financeiro, dar-se há na forma do Art. 124 da Lei 14133/2021.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

*** * ESTADO DO PARANÁ * ***

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato **e no Termo de Referência**;
- f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i) **A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.**
- j) **Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.**
- k) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) **Entregar o objeto, conforme TR;**
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

§1º: Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

§2º: Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- d) **Multa:**
 - 1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - 2. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 05% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - 3. O atraso superior a 10 (DEZ) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

§3º: A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

§4º: Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

§5º: Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

§6º: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

§7º: Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

§8º: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§9º: Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§10: Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

§11º: A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

§12º: O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

§13: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

§14º: Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

§1º: O contrato **poderá** ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

§2º: A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

§3º: O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

§1º: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO: xxxx

§2º: A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS (art. 92, III)

§1º: Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

§1º: Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

§2º: O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§3º: As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

4º: Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

§1º: A Gestão contratual será feita pelo Município Contratante através do (a) Sr (a) xxx, denominado (a) gestor (a) do contrato, de acordo com a Portaria n.º _____.

§2º: A Fiscalização contratual será feita pelo Município Contratante através do (a) Sr (a) xxx denominado (a) fiscal do contrato de acordo com a Portaria n.º _____.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme LEI 12.846/2013.

§1º: Nesse contexto, será imprópria qualquer atitude tomada no intuito de influenciar o processo de aquisição ou a execução do contrato para obter vantagens indevidas, para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

* * ESTADO DO PARANÁ * *

c) “**prática conluiada**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “**prática obstrutiva**”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

§2º: Rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão.

§3º: Declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas.

§4º: Sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

§5º: Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

§6º: O Fornecedor deve permitir e deve fazer com que seus agentes (declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviços, fornecedores e funcionários, permitam que o Banco e/ou pessoas designadas pelo Banco Mundial inspecionem o local e/ou as contas, registros e outros documentos relacionados com o processo de aquisição, seleção e/ou execução de contrato, e ter tais contas, registros e outros documentos auditados por auditores nomeados pelo Banco Mundial.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS NO AMBITO DA SESA

A Contratada deverá assegurar ao Estado o atendimento às obrigações legais, tanto na esfera federal quanto estadual, ao que se refere às questões sociais e ambientais e às Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial, garantindo a seguridade social de seus empregados, o atendimento à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o cuidado com a saúde e segurança do trabalhador, o combate ao assédio moral e sexual, além da observância e comprometimento com a conservação e preservação do meio ambiente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO ([art. 92, §1º](#))

Fica eleito o Foro da Comarca de Imbituva, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Imbituva/PR, data

XXXXXX

Prefeito Municipal de Imbituva

Contratado

Representante

Testemunhas: